

mil nascidos vivos) seja quase quatro vezes maior que a do Rio Grande do Sul (19,4 para cada mil nascidos vivos), e que o índice de analfabetismo entre os negros (21,6%) seja quase o triplo do apurado entre os brancos (8,8%).

A desigualdade da distribuição de renda acompanha e reforça todas as outras: social, de sexo, raça etc.

Infelizmente, a cada nova pesquisa sobre as áreas sociais divulgada, observamos que a proposta do Governo é equivocada. Não é com ela que acabaremos com essa situação. A política contradiz o discurso.

Exemplo disso é o corte anunciado de 50% no valor das bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para as famílias que têm apenas um filho. Em Pernambuco, onde está concentrada a metade das 145 mil crianças atendidas pelo programa nacionalmente (cerca de 5% da 3,5 milhões que trabalham 40 horas semanais), 37.294 receberão metade do que ganhavam. Levando-se em consideração que o valor médio das bolsas é de R\$25, isso quer dizer que elas receberão apenas R\$17,50.

A Secretaria de Assistência Social, que coordena o programa, diz não saber quantas crianças serão afetadas pela redução. Além disso, o programa atendia a meninos e meninas dos 7 aos 14 anos, e agora só atenderá por 2 anos, prorrogáveis por mais 2. Com as novas regras, uma criança que entra no programa com 7 anos terá de sair aos 11 anos. Que sentido terá esse programa sem garantir pelo menos a escolaridade básica? Sem educação a criança não consegue romper o círculo vicioso da pobreza.

Por fim, Sr. Presidente, manifesto minha homenagem aos trabalhadores nesse 1º de maio, me solidarizando com eles com relação ao salário mínimo, e reafirmando minha posição contra o valor de R\$151 proposto pelo Governo, bem como minha preocupação quanto ao Projeto de Lei que visa institucionalizar a regionalização do salário mínimo, o qual vem na contramão da busca por um maior equilíbrio na distribuição de renda no País, e, em consequência, pela cidadania.

O Legislativo tem mais uma vez a responsabilidade de decidir sobre um tema tão relevante para o povo brasileiro. Lembro que no período constituinte os legisladores evitaram liberar a legislação do salário mínimo para os Estados, prevendo a possibilidade de, com isso, aumentar as disparidades econômicas e sociais regionais, e deixando claro em nossa Carta Magna, em seu art. 7º, inciso IV, que o salário mínimo será fixado em lei, nacionalmente unificado e capaz

de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, com reajustes periódicos que lhes preserve o poder aquisitivo. Necessidades estas que não se resumem a uma cesta básica, mas também a moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, transporte e previdência social.

Sem dúvida nenhuma, o que está aí proposto é um desrespeito à nossa Constituição! E não pode ser aprovado por esta Casa.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os brasileiros estão passando a limpo o Brasil, ao ensejo dos 500 anos do Descobrimento. Questiona-se tudo, desde a própria data do evento até as efetivas razões para comemorá-lo. Não importa a linha de ideológica, política, religiosa, social, econômica, profissional etc. de quem se tem manifestado; a verdade é que o País está sendo engolfado numa colossal onda de reflexões em torno dele mesmo, das suas origens, do seu processo de colonização, das suas dificuldades e contradições, da sua existência como nação.

Estamos todos mergulhados nessa onda, num processo de auto-análise, hipóteses, conjecturas e projeções, como se, ao nos criticarmos, não raro impiedosamente, estivéssemos a procurar a tábua de salvação no oceano de perplexidades que nos cercam. É algo assim como se estivéssemos descendo aos abismos de nós mesmos, de forma compulsiva e catártica, mirando-nos no espelho da nossa verdadeira imagem, distorcida e marcada pelas cicatrizes de cinco séculos de conflitos e persistentes memórias.

Numa perspectiva ampla, Sr. Presidente, me parece altamente salutar que tudo isso esteja ocorrendo. Assim como acontece no plano individual, as sociedades somente se fortalecem quando melhor se conhecem, quando enfrentam seus fantasmas, quando ousam admitir erros e corrigir rumos. Se a vida humana é um composto de mistérios, ambigüidades e perplexidades, seria ilusório imaginar que as comunidades onde elas se inserem poderiam ser diferentes. Um povo pode não constituir o somatório exato dos seus componentes, mas estes, sem dúvida, é que lhe emprestam conformação.

É de ver, porém, que, em ambos os âmbitos, como seja, no individual e no coletivo, toda uma multiplicidade de fatores alheios à nossa vontade e refratários às nossas intervenções determina os caminhos que nos compete percorrer. Isso não equivale a fugir à responsabilidade, ou muito menos atribuir exclusivamente a causas externas e incontroláveis os nossos

fracassos ou deficiências. Estas e aqueles são, em última instância, uma conseqüência das nossas ações ou omissões, seja qual for o papel que nos tenha cabido desempenhar em todo esse emaranhado de complexidades.

As presentes considerações, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não têm a pretensão de divagar filosoficamente a respeito de um tema tão fecundo e carregado de símbolos e desafios, qual o do Descobrimento do Brasil. Conforme aqui assinalado, o assunto é tão rico e instigante que praticamente tudo já foi dito a seu respeito, em especial nos meses mais recentes ao da data máxima da efeméride. Desejo apenas, com este breve pronunciamento, reafirmar a validade do empenho, por vezes doloroso e até mesmo autopunitivo, de trazermos à tona do nosso consciente e da nossa consciência mais lúcida as sombras adormecidas nas camadas mais profundas da nacionalidade.

Mesmo assim, Sr. Presidente, não me parece despropositado um alerta. Se é verdade que estamos desvelando, com todos os questionamentos e discordâncias embutidos na radiografia que vimos fazendo do Brasil, os tantos percalços e entaves à construção da Pátria com que todos sonhamos; se é verdade que, por conta dos erros do passado e do presente, ainda não é esta a Pátria dos nossos sonhos; se é verdade que persistem colossais empecilhos à passagem da dimensão nebulosa do ideal para o território sólido e límpido da realidade; se tudo isso é verdadeiro, é também verdadeiro que os empecilhos não são insuperáveis e as barreiras não são irremovíveis.

A mais eficaz demonstração de que nos é possível transpor os obstáculos, tanto os materiais quanto os imateriais, tanto os reais quanto os imaginários, tanto os que nos são impostos de fora quanto os que cultivamos dentro de nós mesmos, enfim, a mais eficaz demonstração da nossa capacidade como povo e como Nação, é esta coragem de nos medir-nos com desassombro e com a criativa angústia dos dias atuais. Angústia, aliás, que nos engrandece.

Daí que não nos é lícito aceitar avaliações perversas vindas de instituições e países mais prósperos e avançados materialmente. Em alguns casos há interesses por trás dessas avaliações e conceitos, com vistas à exploração do nosso patrimônio, construído às custas de muitos sacrifícios, afora os que constituem dádivas da própria natureza. Por trás desses "conselhos" – entre aspas – e interferências em nossos assuntos internos, o que não raro se busca é abater nossa resistência e autoconfiança, procurando

passar a idéia de que somos atrasados, tropicais limitados, mestiços, doentes e outras deformações do gênero.

Minha esperança, Sr. Presidente, e, mais do que esperança, a minha convicção é a de que sairemos desse mergulho com novo fôlego e renovado ânimo. Sem qualquer sentimento de inferioridade. Sem autocomiseração com consciência das nossas marcas positivas nos mais variados campos.

Nem tudo saiu errado. Muito pelo contrário, temos razões para cultivar o espírito de brasilidade, sem esquecer que outros países, para não dizer todos os países, inclusive e sobretudo os mais ricos e civilizados, também colecionam suas crônicas de intolerância e fracassos. Nesse sentido, nada temos do que nos envergonhar: a despeito dos senões, dispomos de muita coisa a ensinar em termos de construção de uma nacionalidade que começa a ser respeitada e admirada.

Essa, a magna lição que nos cabe retirar da celebração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (Bloco/PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, homem de ilibada reputação, nascido para servir no sacrifício e na persistência em benefício dos que sofrem, sábio no entusiasmo de sua devoção à ciência médica, o cirurgião Luiz Rassi, professor jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás, está completando 80 anos de vida com a força e o prestígio da sua vocação de apóstolo do bem. Ele é uma singular figura humana que se integrou à grande família dos Pasteur, dos Trusseau, dos Leannerc, dos Charcot, dos Dieulafoi e tantos outros notáveis personagens da medicina, cujo valor científico-humanitário transcende suas próprias características individuais para se projetar em todas as dimensões através do tempo.

A comunidade acadêmica de Goiás, sobretudo a que pertence ao sacerdócio da medicina, celebra os oito decênios de existência do cirurgião Luiz Rassi, nele reconhecendo não apenas a figura do médico, mas a do homem social dedicado aos interesses comuns das classes necessitadas e desafortunadas, sobretudo aquelas atingidas pelas imediatistas conveniências dos falsos benfeitores da humanidade. Sua vida é um testemunho de fé e de confiança nos valores positivos da ciência médica, principalmente os que dizem respeito à gastroenterologia, especialidade em que se debruçou nos 52 anos de constante atividade profissional.

Com os Profs. Anis Rassi e Jofre Marcondes Rezende, ambos mestres de reconhecido labor na